

PARLAMENTO

MATO GROSSO

EDUÇÃO DIGITAL



Número de mulheres eleitas cresce, mas ainda é insuficiente



Deputados precisam cumprir obrigações antes do recesso parlamentar



Saiba quanto MT já arrecadou de impostos neste ano

O GOVERNO DE MT PAGA AUXÍLIO MORADIA PARA MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

MT ^{POR}
ELAS



PROGRAMA

SER

Família

Mulher



Tipos de violência contra a mulher

+ Se ele te xinga,
É VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA.

+ Se ele fala mal de você pros outros,
É VIOLÊNCIA MORAL.

+ Se ele te empurra ou te bate,
É VIOLÊNCIA FÍSICA.

+ Se ele te força a ter relações,
É VIOLÊNCIA SEXUAL.

+ Se ele fica com seu dinheiro,
É VIOLÊNCIA PATRIMONIAL.

Enfrenta uma ou mais situações como essas?
O Governo de Mato Grosso está pronto para te acolher.

NÃO É NÃO

Mais informações:
setasc.mt.gov.br



Disque Denúncia
180 Emergência
190



Governo de
Mato Grosso

Caros leitores,

Neste mês, na **Parlamento MT** vamos falar sobre um dos assuntos mais importantes nesta reta final do ano, as eleições municipais. Traremos um panorama das eleições em alguns recortes, como do número de mulheres eleitas.

Vamos discutir também sobre como os impostos pagos por nós devem e podem ser investidos em diversas áreas da sociedade, como educação, saúde, dentre outras importantes.

Os deputados estaduais precisam cumprir várias obrigações nestes últimos meses do ano antes do chamado 'recesso parlamentar'. Entrevistamos um dos secretários da Mesa Diretora, que fala sobre isso.

Esperamos que apreciem a leitura.

Atenciosamente,

Matheus Maurício, editor da **Parlamento MT**.

SUMÁRIO

CAPA | Mulheres eleitas

04 | Carta

05 e 06 | Bastidores da República João Pedro Marques

07 e 08 | Bancada Federal | Notas

09 e 10 | Assembleia Legislativa | Notas

11 e 12 | Verbas creches MT

13 e 14 | Impostos: investimentos para a população - entrevista

15 e 16 | Exclusão MEIs

17 a 19 | Encerramento trimestre ALMT - entrevista

20 a 22 | Função prefeitos e vereadores

23 e 24 | Mulheres eleitas

26 e 27 | Crédito empresas

28 a 30 | Políticas trabalho infantil



Edição nº 20 | Outubro / 2024

EDIÇÃO DIGITAL ONLINE

CEO

JOÃO PEDRO MARQUES

DIRETOR PRESIDENTE
Artur Fonseca Dias

DIRETORA EXECUTIVA
Shelry Pereira

COORDENADOR EDITORIAL
João Orozimbo Negrão

EDITOR

Matheus Maurício

EDITOR DE ARTE
FRED MOTA

REVISÃO TEXTUAL
Doralice Jacomazi

CONTEÚDO DIGITAL
Marcelo Fin

REDAÇÃO

Repórter: **Jean Gusmão**

CONSELHO EDITORIAL

João Pedro Marques (coordenador),
João Negrão (presidente), **Shelry Pereira**, **Vanessa Moreno**, **Matheus Maurício**, **Fred Mota** e **Anderson Nogueira**.

NESTA EDIÇÃO:

TEXTOS

Jean Gusmão, **Matheus Maurício**,
Agência Brasil, **Agência Gov**,
Assembleia Legislativa de Mato Grosso,
Agência Câmara de Notícias, assessoria
TRE-MT

FOTOGRAFIA

Marcelo Camargo/Agência Brasil,
divulgação, **Angelo Varela/ALMT**,
Vinicius Loures/Câmara dos Deputados,
Renato Araujo/Agência Brasil,
Valter Campanato/Agência Brasil,
José Cruz/Agência Brasil/arquivo,
JLSIQUEIRA/ALMT, **Paulo Pinto/**
Agência Brasil, assessoria, **Felipe L.**
Gonçalves/Brasil247, **Fabio Rodrigues**
- **Pozzebom/Agência Brasil**, **Lula**
Marques/Agência Brasil, assessoria
Sefaz/MT

REDAÇÃO

(65) 3623-1170 / 3622-2310
redação@revistardm.com.br

RDM BRASIL S/A
NÃO SE RESPONSABILIZA POR
MATERIAS E ARTIGOS ASSINADOS, QUE
NÃO REFLETEM NECESSARIAMENTE A
OPINIÃO DA REVISTA. AS MATERIAS
ESPECIAIS PUBLICADAS NA RDM SÃO
DE COLABORAÇÃO DE SEUS AUTORES E
CEDIDAS ESPONTANEAMENTE, SEM
FINS LUCRATIVOS

COMERCIAL/MÍDIA:

ARTUR DIAS DA FONSECA NETO
(65) 3623-1170
(65) 99682-1470

midia@revistardm.com.br
comercial@revistardm.com.br

ADMINISTRATIVO CENTRAL:
(65) 3623-1170

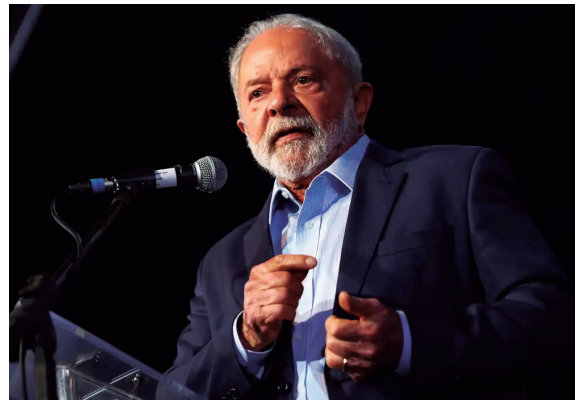
A REVISTA RDM BRASIL S/A
BRASIL É PUBLICAÇÃO

Brasil bate recorde de exportações em 2024



Entre janeiro e agosto de 2024, o Brasil alcançou um valor recorde de exportações. As vendas para o exterior ultrapassaram R\$ 1,2 trilhão. Analistas explicam como esses números refletem no cenário econômico brasileiro. Dados divulgados pela Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Secex/MDIC) apontam que as exportações brasileiras bateram recorde no acumulado de janeiro a agosto, chegando a US\$ 227 bilhões (cerca de R\$ 1,2 trilhão), um aumento de 1,1% em relação ao mesmo período do ano passado. Em paralelo, as importações no período somaram US\$ 173 bilhões (cerca de R\$ 965 bilhões), uma alta de 6,6% em relação ao ano passado. Com o valor, a corrente de comércio — que reflete a soma das importações e exportações brasileiras — ficou em US\$ 400 bilhões (aproximadamente R\$ 2,2 trilhões), com superávit da balança comercial de US\$ 54,08 bilhões (quase R\$ 302 bilhões). No recorte entre setores, os dados apontam que em agosto houve redução de US\$ 1,46 bilhão (cerca de R\$ 8,1 bilhões) nas exportações de agropecuária e indústria extrativa e de US\$ 0,58 bilhão (cerca de R\$ 3,2 bilhões) no setor de indústria extrativa. Já as exportações de produtos da indústria de transformação registraram aumento de US\$ 0,1 bilhão (cerca de R\$ 0,56 bilhão).

Brasil quer manter pontes com Maduro e resolver crise nos bastidores



Mesmo com os desdobramentos em torno das eleições na Venezuela e o não reconhecimento do pleito pelo governo brasileiro, Brasília quer manter os canais de diálogo com Caracas e não pretende convocar sua embaixadora no país vizinho. A ideia é resolver as coisas nos bastidores, na medida do possível, para evitar amplificar ainda mais o episódio. Por isso a embaixadora do Brasil em Caracas, Glivânia Oliveira, não deve ser convocada a Brasília. Da mesma forma, não há previsão de convocar o embaixador venezuelano em Brasília, Manuel Vadell, para uma conversa no Itamaraty. As duas ações poderiam demonstrar o descontentamento com a decisão unilateral das autoridades venezuelanas de acabarem com a tutela da Embaixada da Argentina feita pelo Brasil em Caracas.

Governo deve ter plataforma própria de mensagens e abolir WhatsApp, diz Cappelli

O jornalista Ricardo Cappelli, presidente da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), pontuou a importância da segurança digital e a necessidade de um mensageiro exclusivo, de origem brasileira, para as conversas estratégicas entre os Poderes do governo. Segundo ele, não é interessante que a comunicação entre as esferas de poder — Executivo, Legislativo e Judiciário — de maneira estratégica, seja feita por meio de “aplicativo de mensageria de uma empresa privada estrangeira”.

“A proteção dos dados estratégicos do Brasil é muito importante, diz respeito à soberania do país. [...] Duvido que alguma autoridade da França ou Alemanha, por exemplo, se comunique usando aplicativo de empresa privada estrangeira”, criticou. Ele sinalizou que já está em andamento uma proposta para a contratação dos servidores da ABDI pelo governo federal. Contudo, endossou que não será toda a comunicação do governo que ficará à mercê da agência — que é um serviço social autônomo, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de interesse coletivo e de utilidade pública.





Escolaridade obrigatória no Brasil é maior que média de países da OCDE

O Brasil tem escolaridade obrigatória mais longa que a média dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), mas ainda precisa incluir crianças e adolescentes que estão fora das salas de aula. Entre as etapas que merecem atenção está a educação infantil, que é um dos enfoques do relatório internacional Education at a Glance (EaG) 2024. De acordo com os dados do relatório, no Brasil, todas as crianças e adolescentes de 4 a 17 anos devem estar matriculados na escola. Os 13 anos de estudos obrigatórios são mais longos que os dos países da OCDE, cuja média de ensino obrigatório é de 11 anos. Mas, em se tratando da educação infantil, o Brasil tem 90% das crianças de 5 anos matriculadas na pré-escola, per-



centual inferior à média da OCDE, de 96% das crianças com essa idade nas escolas. A educação infantil recebe destaque no Brasil sobretudo em ano de eleições municipais, uma vez que é de competência dos gestores dos municípios garantirem as matrículas e a qualidade dessa etapa de ensino.



Estimativa de arrecadação federal para 2025 é a maior em 15 anos

A equipe econômica estima que a arrecadação do governo federal, em 2025, atingirá o maior patamar em 15 anos. A projeção é que as receitas líquidas vão atingir 19% do PIB (Produto Interno Bruto) no ano que vem, segundo informação que consta na proposta de Orçamento enviado ao Congresso Nacional. As receitas líquidas projetadas na peça orçamentária de 2025 são a segunda maior da série histórica do Tesouro Nacional, que tem início em 1997. A estimativa fica abaixo apenas do recorde registrado em 2010, quando somou 20,2% do PIB.

Dito & Feito

“Vamos provavelmente reestimar o PIB para o ano – que deve, pela força com que ele vem se desenvolvendo, superar 2,7% ou 2,8%. Há instituições que já estão projetando um PIB superior a 3%.”

Fernando Haddad,
ministro da Fazenda.



Brasil bate recorde de exportações em 2024



A senadora **Rosana Martinelli (PL-MT)** criticou em pronunciamento o tempo de resposta do governo federal às queimadas que estão devastando o país. Para a parlamentar, o cenário alarmante que o Brasil enfrenta reflete o “descaso” e a “incapacidade” do governo em lidar com a crise climática.

Expansão do agronegócio brasileiro na Europa



A deputada federal **Coronel Fernanda (PL-MT)** participa da Missão Logística Europa 2024, organizada pela Aprosoja-MT. O objetivo é fortalecer a sustentabilidade da agricultura brasileira no cenário global. Durante a missão, ela visitou Bruxelas, na Bélgica, e Haia, nos Países Baixos, onde se reuniu com o Amsterdam Declaration Partnership no Ministério da Agricultura da Holanda.



Pacote antifeminicídio



A senadora **Margareth Buzetti (PSD-MT)** afirmou que não há “espaço” para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vetar o Projeto de Lei 4266/23, que aumenta as penas no Código Penal para crimes de feminicídio. O chamado “pacote antifeminicídio” foi aprovado pela Câmara e agora segue para a análise de Lula.

Vitória consolidada em Várzea Grande



O senador **Jayme Campos (União MT)** destacou um clima de “vitória certa” em Várzea Grande, onde ele e sua família apoiam a reeleição de Kalil Baracat (MDB). De acordo com ele, esse otimismo se deve à expressiva vantagem nas intenções de voto alcançada por Kalil Baracat (MDB).

Críticas após comentário controverso

Em vídeo no Instagram, a senadora **Margareth Buzetti (PSD-MT)** criticou duramente o deputado Hugo Garcia (Republicanos) por afirmar que algumas mulheres estariam usando a lei de proteção para “extorquir maridos”. Ela questionou que tipo de mensagem essa declaração transmite à sociedade e ao enfrentamento da violência doméstica.

Reduzindo a impunidade na violência contra a mulher



Em entrevista à Rádio Câmara, a deputada federal **Gisela Simona (União-MT)** garantiu que o Projeto de Lei nº 4266/23, conhecido como ‘Pacote Antifeminicídio’, ajudará a reduzir a sensação de impunidade no país. O PL, aprovado no plenário da Câmara Federal em 11 de setembro, é de autoria da senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) e prevê penas de até 40 anos para feminicídio.

Críticas à decisão de ministro do STF



O deputado federal **Coronel Assis (União-MT)** criticou a decisão do ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), que suspendeu a lei de Mato Grosso sobre punições mais severas para invasores de terras. Segundo ele, a medida favorece a impunidade no campo e ele a classificou como “um absurdo”. Para mudar esse cenário, o legislador já apresentou um projeto de lei que permitirá ao Estado aplicar as punições previstas.

Criticado por atraso em pauta de impeachment no STF



O deputado federal **Nelson Barbudo (PL-MT)** manifestou sua crescente preocupação em relação às atitudes do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes. Representando o sentimento de milhões de brasileiros, o legislador criticou a demora do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD), em colocar em pauta os pedidos de impeachment do ministro, já protocolados por diversos senadores.

Limite às decisões monocráticas no STF



Com o apoio do deputado federal **Coronel Assis (União)**, a **Comissão de Constituição e Justiça** e de Cidadania (CCJ) da Câmara Federal aprovou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 8/21, que limita as decisões monocráticas no Supremo Tribunal Federal (STF) e em outros tribunais superiores.

Exigência de investimentos federais no combate a incêndios

A senadora **Rosana Martinelli (PL-MT)** exigiu mais planejamento e investimentos do governo federal para o combate a incêndios durante audiência com o presidente do Ibama, Rodrigo Agostinho. O Parlamento também pressionou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) por medidas de apoio aos estados afetados pelas queimadas.

Uma mancha na democracia brasileira



O deputado federal **Coronel Assis (PL-MT)** criticou a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de derubar o "X", afirmando que tal medida coloca o Brasil em um patamar semelhante ao de nações autoritárias. O parlamentar defendeu a liberdade de expressão, ressaltando que a Constituição brasileira já prevê punições para crimes como injúria e difamação.

Fundo Privado de Seguro Rural



O PL 2951/24, que visa aprimorar os marcos do Seguro Rural, será debatido em Cuiabá. De autoria da senadora **Tereza Cristina (PL-MS)**, o projeto busca tornar o seguro rural mais acessível e econômico. O ponto central, segundo **Jayme Campos (União-MT)**, é implementar o Fundo Privado de Seguro Rural.

Ministra e ONGs são alvos de críticas por decisões controversas



A senadora **Margareth Buzetti (PSD-MT)** criticou a postura da ministra do Meio Ambiente, **Marina Silva**, por sua atuação durante os incêndios florestais. Segundo ela, a ministra tem agido de forma insuficiente e colocado os produtores rurais sob suspeita de crimes ambientais, o que, para ela, prejudica o país.

Repúdio à fala misógina



A senadora **Margareth Buzetti (PL-MT)** criticou duramente a fala misógina do deputado **Hugo Garcia (Republicanos)**, que questionou a concessão de medidas protetivas. Segundo a legisladora, ao desmerecer essas sanções, o deputado contribuiu para o aumento da violência contra as mulheres, especialmente em um momento em que o país enfrenta uma grave 'epidemia' de feminicídios.



Lei Orçamentária de 2025



Um pedido de vista na segunda sessão ordinária adiou a votação do **Projeto de Lei 1173/2024**, que trata das diretrizes para a **Lei Orçamentária de 2025**. O PLDO, com parecer favorável da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento, estima uma receita de R\$ 38,032 bilhões para 2025, um crescimento de 7,81% em relação à LDO de 2024, que projetou R\$ 35,060 bilhões.

Semana Estadual da Geodiversidade



O governo de Mato Grosso sancionou o Projeto de Lei 2318/2023, de autoria do deputado **Max Russi (PSB)**, que altera a Lei 12.303/2023 e cria a Semana Estadual da Geodiversidade. A partir de 12 de setembro, com a publicação da Lei 12.651/2024, a Secretaria de Estado de Educação (Seduc) passou a ser responsável pela coordenação e promoção do evento, em parceria com instituições de ensino, pesquisa e outras entidades ligadas ao tema.

Suplente assume cadeira na ALMT



Hugo Henrique Garcia (Republicanos) tomou posse como deputado estadual na Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) durante sessão ordinária, substituindo o deputado **Valmir Moretto (Republicanos)**, que está licenciado. **Garcia** foi conduzido ao plenário pelos deputados **Diego Guimarães (Republicanos)** e **Gilberto Cattani (PL)**.

Avanços na Política de Arborização Urbana em MT



Na reunião ordinária, a **Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR)** da Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) aprovou o Projeto de Lei 839/2024, que estabelece a Política Estadual de Arborização Urbana e o Sistema Estadual de Informações sobre Arborização Urbana, com o objetivo de promover a biodiversidade, ampliar áreas verdes urbanas e amenizar os efeitos das mudanças climáticas.

Expansão das escolas cívico-militares

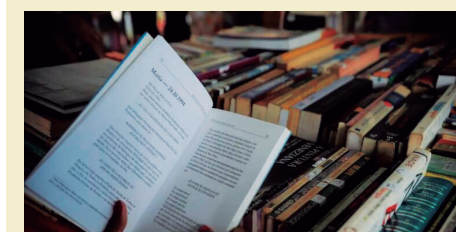


Mato Grosso terá mais **30 escolas cívico-militares em 2025**, conforme anunciado pelo secretário de Educação, **Alan Porto**, em reunião com a presidente da Assembleia Legislativa (ALMT), **Janaina Riva (MDB)**. Para a parlamentar, a gestão compartilhada dessas escolas garante melhores resultados educacionais.

Segurança hídrica para animais na Transpantaneira



O deputado estadual **Lúdio Cabral (PT)** solicitou que a Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema) informe as ações adotadas para fornecer água aos animais silvestres na Estrada Parque Transpantaneira, afetados pela seca e calor intenso. O Ministério Público de Mato Grosso (MPMGT) já havia recomendado o abastecimento de água para minimizar os impactos à fauna na região do Pantanal.



Valorização da leitura de autores mato-grossenses

O Programa Estadual de Incentivo à **Leitura de Autores Mato-grossenses**, proposto pelo deputado Dr. Eugênio de Paiva (PSB), foi discutido na CCJR da Assembleia Legislativa (ALMT). O projeto visa promover a leitura de livros de autores mato-grossenses nas escolas públicas e privadas de Mato Grosso.

Parceria de segurança pública é barrada



O deputado **Elizeu Nascimento (PL)** propôs a contratação de reservistas do Exército, o que gerou rejeição na Polícia Militar (PMMT) e entre os concursados não nomeados. Com déficit de 4 mil policiais, a corporação enfrenta o crescimento do crime organizado e a falta de nomeações pelo governo.

Críticas à implantação de novas escolas militares



O deputado **Valdir Barranco (PT)** criticou o governador Mauro Mendes (União) pela transformação de 30 escolas estaduais em cívico-militares em Mato Grosso, mesmo com três Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) no STF. Ele argumenta que a lei estadual que permite essa mudança carece de respaldo na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

Recursos ambientais



A deputada **Priscila Dourado (PSB)** apresentou um projeto de lei para garantir que pelo menos 50% dos recursos de compensação ambiental de grandes empreendimentos sejam aplicados diretamente no município e na região afetados.

Poço artesiano chega à comunidade rural



A falta de água é um problema recorrente em muitas comunidades de Mato Grosso, especialmente no interior. Na comunidade Curupira, em Barra do Bugres, a instalação de um poço artesiano trouxe alívio para a produtora rural Eunice, que agora conta com acesso regular à água. A obra foi financiada com recursos do deputado estadual **Fabio Tardin (PSB)**, que visitou a comunidade recentemente.

Rejeição à fala de deputado ganha destaque



A deputada **Janaina Riva (MDB)** repudiou a afirmação do deputado Hugo Garcia (Republicanos) de que mulheres usam medidas protetivas para “extorquir” maridos. Ela espera que Hugo se retrate por questionar os mecanismos de proteção à mulher em um dos estados com maior índice de feminicídios do Brasil.

Criação da CNH Social em Mato Grosso



O governador **Mauro Mendes (União)** elogiou o deputado estadual **Cláudio Ferreira (PL)**, candidato a prefeito de Rondonópolis, pelo trabalho na Assembleia Legislativa (ALMT), destacando a criação da lei que instituiu a CNH Social em Mato Grosso. A iniciativa, que oferece carteiras de motorista gratuitas para pessoas de baixa renda, já beneficiou quase 9 mil cidadãos e deve alcançar 10 mil até o final do ano.

Novas medidas para proteção às mulheres

A deputada **Priscila Dourado (PSB)** defende a ampliação das formas de proteção às mulheres, com leis mais rígidas para punir agressores e reforço na Patrulha Maria da Penha. Para ela, a Lei Maria da Penha é essencial na proteção das vítimas, e as medidas protetivas devem ser vistas como uma resposta crucial contra a violência, e não como ferramentas de abuso.



Deputados discutem construção e destinação de verbas para creches

Atualmente, o déficit de vagas chega a mais de 12 mil. A intenção é garantir recursos



Da Redação

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Eduardo Botelho (União Brasil), se reuniu com representantes do Gabinete de Articulações para a Efetividade da Política de Educação no Estado de Mato Grosso (Gaepe-MT) e o conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE/MT), Antônio Joaquim, para, juntos, discutirem meios de assegurar na Lei Orçamentária Anual (PLOA/2025) recursos à construção de creches em Mato Grosso.

Em 2023, a Assembleia Legislativa aprovou uma emenda parlamentar de autoria de Eduardo Botelho, no montante de R\$ 440 milhões, a ser aplicada na Educação Básica e distribuída entre os anos de 2024, 2025, 2026 e 2027, no Plano Plurianual (PPA). Para 2024, a proposta definiu um valor de R\$ 121 milhões, mas o governo do estado empenhou apenas R\$ 20 milhões, destinando recursos para 14 municípios mato-grossenses.

Na reunião mais recente, o conselheiro Antônio Joaquim afirmou que “a educação na primeira infância é a fase mais importante do ser humano”. Segundo ele, é fundamental que o governo de Mato Grosso dê atenção às crianças. Para o conselheiro, “lugar de criança é no orçamento. Não tem obra

de infraestrutura mais importante que investir em criança”, destacou.

Durante a conversa, o conselheiro lembrou que no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentária (PLDO/2025), já aprovado pelos parlamentares, não consta os valores das emendas de R\$ 120 milhões sugeridos no PPA, e que seriam destinados às creches. Para ele, esses valores devem estar consolidados no PLOA/2025.

O presidente Eduardo Botelho afirmou que as emendas foram apresentadas no PLDO/2025 e que no Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2025 (PLOA) esses recursos, que serão destinados às creches, têm que ser concretizados. Os valores serão discutidos com o Gaepe/MT e com a equipe de planejamento de governo. O parlamentar destacou que não há falta de recursos financeiros do Estado, mas sim falta de interesses de algumas prefeituras em resolver os problemas das vagas em creches.

“Há recursos federal e estadual, mas os prefeitos não estão indo atrás para captá-los e colocar em prática a construção das creches. Quem tem que fazer essa captação são as prefeituras. Os recursos estão disponíveis e as

prefeituras não estão correndo atrás para resolver”, destacou Botelho.

Segundo o parlamentar, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontou, em 2024, uma carência de mais de 10 mil vagas em creches. Conforme previsão disposta no PPA, o presidente da Assembleia Legislativa explicou que vai cobrar a execução dos R\$ 440 milhões previstos para o aumento no número de creches em Mato Grosso.

“Os valores já estão no PPA e na LDO de 2025 e vamos colocar novamente na LOA/2025. Com isso, esperamos que se crie alguma forma para o governo executar esses recursos. Não adianta aprovar os valores no Parlamento e o governo não os executar. Precisamos que o que foi aprovado chegue nos municípios e atenda nossas crianças”, explicou Botelho.

O representante da Coordenação da Infância e da Adolescência do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, juiz Tiago Abreu, afirmou que as creches devem ser prioridade para os governos (Estado e Município). Ele citou que em Várzea Grande, no início de 2024, houve mais de 500 ações postuladas pela Defensoria Pública para garantir acesso das crianças às creches.

“Lá, tínhamos carência de vagas. Construímos uma decisão junto





com o secretário de Educação de Várzea Grande, Sílvio Fidelis, e entregamos as 500 vagas à população. Hoje, o município está praticamente zerado. É uma das poucas cidades do estado que não têm déficit, mas isso foi construído com diálogo institucional entre os poderes”, explicou.

A coordenadora da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação de Mato Grosso, Eva de Paulo Vieira Santos, afirmou que existe a carência de 12 mil vagas nas creches, conforme dados levantados pelo Gaepe/MT.

“É preciso que os recursos propostos na LDO/2025 venham ampliar as ofertas de vagas para a educação infantil, que é um gargalo nos municípios mato-grossenses. Que esse pleito seja atendido pelo gover-

no e contemple as crianças que estão fora das creches”, disse Vieira Santos.

Verbas enviadas em 2024

A mobilização entre as instituições que integram o Gabinete de Articulação para a Efetividade da Política da Educação (Gaepe-MT) garantiu o repasse de cerca de R\$ 20 milhões para a construção de 15 creches em 14 municípios, em julho deste ano,

Na época, o anúncio foi feito pelo governador em exercício, Otaviano Pivetta, em reunião com o conselheiro do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT), Antonio Joaquim.

O montante fez parte dos R\$ 122 milhões destinados à construção e ampliação de unidades de educação

infantil previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024 e pode já ser aplicado pelo Executivo estadual ainda neste ano, contemplando obras novas e inacabadas, anteriormente pactuadas com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Gabinete de articulações

Além do TCE-MT, fazem parte do Gabinete o Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT), Instituto Articulador, Ministério Público de Contas (MPC), Ministério Público do Estado (MPE), Defensoria Pública do Estado (DPE-MT), Secretaria de Estado da Educação (Seduc-MT), Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM) e diversos outros órgãos.

Arrecadação bate recorde em MT, mas reforma tributária preocupa



Agronegócio e comércio impulsionam a receita estadual, enquanto possíveis mudanças fiscais podem afetar a economia local

Por Jean Gusmão

A Secretaria de Fazenda do Estado de Mato Grosso (SEFAZ) registrou um crescimento expressivo na arrecadação de impostos, alcançando cerca de R\$ 40 bilhões em 2023. Esse aumento significativo, em relação ao ano anterior, foi impulsionado principalmente pelo agronegócio, setor em que o estado se destaca como um dos maiores produtores e exportadores de soja do Brasil. Além disso, Mato Grosso está entre os estados que mais exportam seus produtos para o exterior, contribuindo de forma decisiva para o saldo positivo das contas públicas.

A arrecadação também foi favorecida pela combinação de tributos federais, estaduais e municipais, como

PIS, Cofins e INSS, cujos valores são registrados em tempo real por meio de avançadas ferramentas tecnológicas. Esse crescimento robusto, quando comparado com a média nacional, é notável. Mato Grosso apresentou um aumento de 9,88% em sua receita tributária, enquanto a média de outros estados brasileiros foi negativa, com -18,58%. O desempenho local supera a média nacional em aproximadamente 3 a 5%.

O comércio é outro setor de destaque, representando 62,6% da arrecadação total de ICMS, com cerca de R\$ 16,4 bilhões oriundos principalmente do comércio, serviços e turismo. Setores como automóveis, supermercados, atacadistas, farmácias e o vare-

jo de materiais de construção formam uma cadeia econômica sólida, que fortalece a receita estadual.

Com esse aumento de arrecadação, o governo de Mato Grosso vem realizando investimentos substanciais em infraestrutura, como a construção de rodovias, hospitais, escolas e ferrovias. Além disso, o estado tem parcerias importantes com instituições como o Senac, contribuindo para a capacitação profissional e a aplicação eficiente dos recursos públicos.

No entanto, apesar do cenário positivo, há uma preocupação crescente em relação à reforma tributária proposta. O governo estadual e a Sefaz alertam que as mudanças sugeridas podem pre-

judicar a arrecadação do estado, especialmente devido à maior dependência de impostos sobre o consumo.

Como Mato Grosso é um estado exportador, com menor foco no consumo interno e pouca industrialização, as alterações no sistema tributário podem impactar a formação de preços e gerar crises econômicas.

Igor Cunha, superintendente da Federação do Comércio do Estado de Mato Grosso (Fecomércio) e diretor da Associação do Setor de Material de Construção, ressaltou que o estado deve estar atento à reforma tributária. Segundo ele, a proposta, se aprovada como está, pode levar a um aumento no desemprego e a dificuldades econômicas no futuro, prejudicando diretamente os setores que hoje são pilares da arrecadação estadual.

“Precisamos, sim, ficar alertas e começar a fazer nossa parte agora, porque, lá na frente, isso pode ter consequências. As empresas podem acabar fechando suas portas, o estado terá menos arrecadação de impostos, pois, com a queda no consumo, há perda na geração de empregos, e isso afeta diretamente a economia do estado. A injeção de recursos vai se perdendo e a economia vai se enfraquecendo. Vamos viver até quando só do agro? Se houver uma crise no agro, toda a cadeia produtiva é afetada. Portanto, precisamos verticalizar a economia. O estado e as instituições estão atentos a isso justamente para evitar o que você mencionou: o aumento do desemprego. Com a perda de empregos, perdemos também o poder de consumo”, ressaltou.

Igor Cunha destaca que a simplificação dos impostos prevista na reforma tributária pode ser positiva, pois ajudaria a desburocratizar o sistema e facilitar o ambiente de negócios. No entanto, ele alerta que o aumento de tributos proposto na reforma é preocupante, pois afetaria diretamente os consumidores. Esse aumento pode encarecer produtos e serviços, reduzindo o poder de compra da população e impactando negativamente o comércio e a economia do estado. Segundo ele, é fundamental que a reforma equilibre a simplificação com a manutenção de uma carga tributária justa, sem penalizar os consumidores e os setores produtivos.

Em setembro, o secretário de Estado de Fazenda de Mato Grosso, Rogério Gallo, representou o Comitê Nacional de Secretários de Fazenda (Comsefaz) em uma agenda internacional para estudar o modelo de Imposto sobre Valor Agregado (IVA) aplicado na União Europeia. A visita teve como objetivo discutir e analisar o funcionamento do IVA, um modelo de tributação que está em processo de implementação no Brasil com a aprovação da Reforma Tributária. A reforma, atualmente em tramitação no Congresso Nacional, tem previsão de ser concluída até o final de 2024.

Arrecadação em MT

O montante de R\$ 40 bilhões recolhido em tributos, sejam eles municipais, estaduais ou federais, foi antecipado em 57

dias neste ano em Mato Grosso. O patamar foi alcançado no início de outubro deste ano e só havia sido atingido no dia 27 de novembro do ano passado.

Representa 1,25% de toda a tributação nacional, e o estado corresponde a 1,5% da população brasileira e 2% das empresas do país.

No cenário nacional, os brasileiros já contribuíram com mais de R\$ 2,7 trilhões, valor 18,6% superior ao verificado no mesmo período do ano passado, quando a arrecadação estava em R\$ 2,3 trilhões. Com relação à quantidade de dias de trabalho necessários para pagar impostos, entre os anos de 2016 e 2019, eram necessários 153, os maiores para a série histórica verificada desde 2010. Após a crise pandêmica provocada pela Covid-19, observou-se uma tendência de queda, em que 2023 fechou em 147 dias.





MEI com dívidas pode ser excluído do Simples

Dos mais de 1,8 milhão, 1.121.419 são MEIs, e outros 754.915 são ME ou EPP

Por Estádio Conteúdo, com assessoria de imprensa

Mais de 1,8 milhão de microempreendedores individuais (MEIs), microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) de todo o País correm o risco de exclusão do Simples Nacional por inadimplência. Juntos, eles devem R\$ 26,7 milhões, segundo a Receita Federal.

Dos mais de 1,8 milhão, 1.121.419 são MEIs, e outros 754.915 são ME ou EPP. Eles são apontados como os maiores devedores, segundo a Receita, e não a totalidade daqueles que possuem débitos com os órgãos federais.

Se não acertarem as contas com o Fisco antes do dia 1.º de janeiro de 2025, os inadimplentes serão excluídos do Simples. Se for MEI, será automaticamente desenquadrado do Simples Nacional do Microempreendedor Individual (Simei) também a partir do primeiro dia do ano que vem.

O Simples é um regime especial unificado de arrecadação de tributos e contribuições devidos por MEIs e empresas de pequeno porte. Com ele, as

empresas conseguem unificar o pagamento de diversos tributos, inclusive impostos estaduais, como o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS), e municipais, entre eles o Imposto Sobre Serviços (ISS), e a contribuição patronal para Previdência.

Entre os dias 30 de setembro e 4 de outubro, foi disponibilizado no Domicílio Tributário Eletrônico do Simples Nacional e MEI (DTE-SN) o aviso de que a empresa pode ser excluída e quais são as suas pendências com a Receita Federal ou com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Após consultar se há notificação, o empreendedor deve acessar o portal do Simples ou ainda o portal e-CAC da Receita Federal. Nos dois casos o acesso deve ser feito via acesso gov.br, conta nível prata ou ouro, ou certificado digital.

Contestações

Se a empresa ou o MEI averiguarem que a cobrança está errada,

podem fazer a contestação. Para isso, é preciso apresentar a queixa ao delegado de Julgamento da Receita Federal de sua região. Para localizar os contatos do seu estado, consulte o site das Delegacias de Julgamento.

O protocolo deve ser feito via internet, segundo a Receita. Aqueles que regularizarem todas as suas pendências no prazo irão permanecer no regime do Simples.

Cadastro

Cerca de 20 milhões de empresas que perderam o prazo para cadastro voluntário no Domicílio Judicial Eletrônico agora estão sendo registradas de forma compulsória. O prazo para microempreendedores individuais (MEI), microempresas e empresas de pequeno porte venceu no dia 30 de setembro.

O Domicílio Judicial Eletrônico é uma plataforma digital gratuita que agiliza o acompanhamento de citações e comunicações de todos os tribunais brasileiros,

Alerta

substituindo cartas físicas e oficiais de Justiça por um sistema on-line. Segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), inscreveram-se 271 585 empresas dessas categorias. Embora o prazo tenha encerrado, o sistema permanece aberto para quem quiser fazer o cadastro, isso se o CNPJ não estiver já inserido de forma compulsória.

A inserção compulsória usa os dados dos cadastros disponíveis das empresas, mesmo se estiverem desatualizados. Para saber se a empresa já foi inserida compulsoriamente no sistema, o empresário deve acessar o Painel de Monitoramento do Domicílio Judicial Eletrônico.

Número de microempreendedores

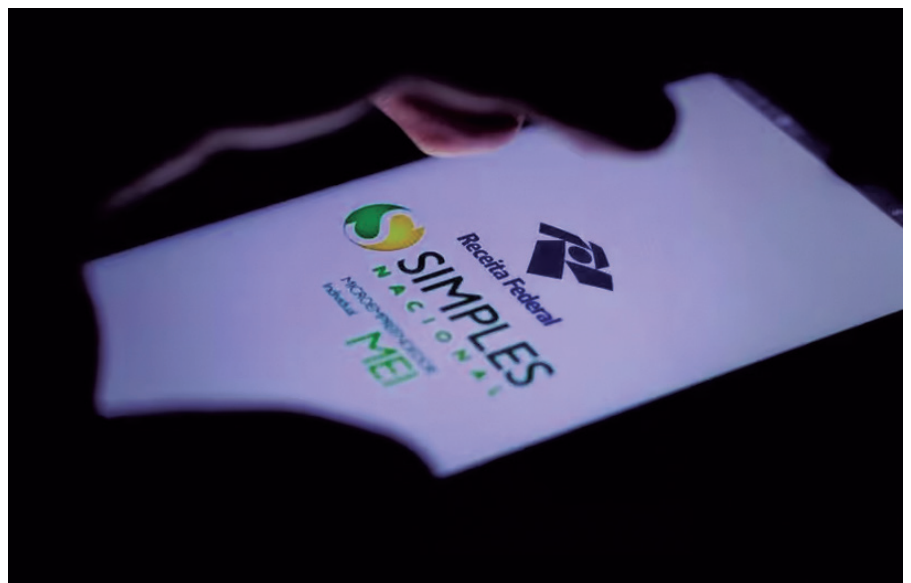
O Brasil possui 15,7 milhões de microempreendedores individuais (MEIs) com CNPJ ativo. O dado é do levantamento mais recente do Ministério da Fazenda. Segundo o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), esse número representa cerca de 73% do total de empresas formais do país.

Segundo o gerente de relacionamento com o cliente do Sebrae, Ênio Pinto, o MEI deu visibilidade para muitos negócios que estavam na informalização.

“A condição de MEI permite que você tire um empreendimento da informalidade e, a partir do momento que ele é formal – que terá condição inclusive de ter notas fiscais – [possa] vender para outras empresas, para o próprio governo. Acho que a figura do MEI é um divisor de águas na economia brasileira porque tira muita gente da informalidade e catalisa, impulsiona, acelera o processo de empreendedorismo na economia como um todo”, considera.

De acordo com pesquisa realizada pelo Sebrae em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), a formalização dos microempreendedores individuais gerou um ganho de até R\$ 69,56 bilhões na economia do país.

Entre as atividades econômicas mais comuns entre MEIs estão serviços de salão de beleza (cabeleireiro, barbeiro, manicure, etc.), com 1,02 milhão de CNPJs ativos. Na sequência



estão os profissionais do setor de vestuário, com quase 977 mil CNPJs; e serviços de execução de alvenaria, com mais de 694 mil CNPJs.

Criação

Em 2008 o Governo Federal criou uma política pública que mudou substancialmente o cenário do empreendedorismo brasileiro! Estamos falando do Microempreendedor Individual, o MEI, que possibilitou a criação de oportunidades para milhares de cidadãos Brasil afora.

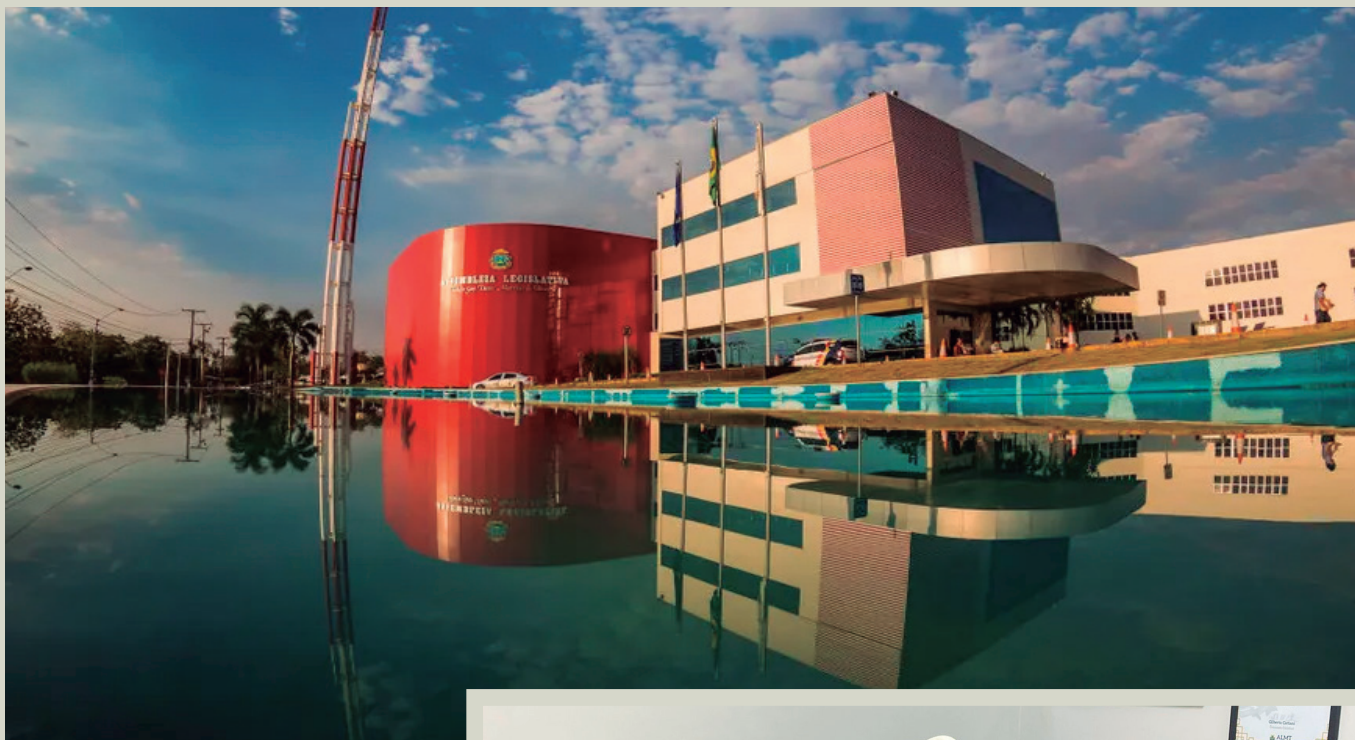
A figura do MEI trouxe digni-

dade às pessoas que trabalhavam por conta própria, informalmente e até na irregularidade, possibilitando acesso a benefícios como alvará, aposentadoria, emissão de nota fiscal, entre outros.

O MEI foi criado, por meio da Lei Complementar nº. 128/2008, com o objetivo de ajudar os milhões de trabalhadores informais brasileiros que, até então, não possuíam qualquer amparo social ou segurança jurídica. Criaram-se, portanto, por meio do MEI, regras, benefícios e a formalidade, beneficiando o empreendedor que trabalha (va) por conta própria e que, sozinho, conduz (ia) um pequeno negócio.

Assembleia Legislativa intensifica trabalhos antes do recesso parlamentar

Com a troca da mesa diretora prevista para fevereiro, deputados focam na aprovação do orçamento de 2025 e na fiscalização de obras



Por Jean Gusmão

Faltando menos de três meses para o fim do ano e o início do recesso parlamentar, a Assembleia Legislativa ainda tem muitos trabalhos a serem concluídos. Os deputados, especialmente os que compõem a mesa diretora, estão empenhados em realizar sessões e pautar projetos para garantir que a Casa de Leis cumpra suas obrigações até o fim do ano. Além da apresentação de novas propostas, é fundamental a aprovação de projetos de lei que deverão ser sancionados pelo governo estadual.

A fiscalização das obras executadas e entregues pelo governo do estado também faz parte do trabalho dos parlamentares. Outro desafio importante para a mesa diretora é a aprovação do orçamento estadual para 2025, que precisa ser concluída antes da pausa nos trabalhos legislati-



Cattani

vos. Com a troca da mesa diretora prevista para fevereiro de 2025, é necessário agilizar essas ações nos últimos meses do ano.

Diante desse cenário, a revista **RDM Parlamento MT** conversou com o deputado estadual Gilberto Cattani (PL), atual terceiro secretário da mesa diretora, sobre os desafios e os trabalhos da Assembleia Legislativa neste fim de ano.

[Confira a entrevista na íntegra >>](#)

RDM Parlamento MT: Estamos nos aproximando do último trimestre do ano, e gostaria de falar um pouco sobre os trabalhos da mesa diretora. O senhor, que faz parte dela, poderia me falar sobre o seu cargo atual e quais são as suas responsabilidades na mesa diretora?

Cattani: Hoje, eu estou como o terceiro secretário, e a minha responsabilidade é assumir caso o primeiro e o segundo secretários não possam estar presentes. Atualmente, o segundo secretário é o Barranco, e o primeiro é o Max Russo. Então, minha função é assumir quando faltar o primeiro e o segundo secretários, o que ainda não ocorreu neste período. Graças a Deus, tudo está correndo muito bem. Até o momento, os cargos estão sendo ocupados pelos titulares e pelo primeiro vice titular. Portanto, nossa responsabilidade é estar preparados para assumir o cargo e arcar com as ações, com os ônus e os bônus, quando for necessário, mas, até agora, não foi necessário.

RDM Parlamento MT: *Quais são os trabalhos que a mesa diretora tem conduzido nesses últimos meses do ano? Houve a elaboração de propostas ou emendas por parte dos deputados? Como está sendo organizado o trabalho da mesa diretora neste período?*

Cattani: O trabalho normal da Casa é pautar os projetos dos deputados, assim como os projetos que vêm do Executivo, e eles estão sendo pautados com bastante rapidez, o que considero muito positivo. Há muitos projetos de lei dos deputados que, por vezes, acabam congestionando os trabalhos. Na última quarta-feira, realizamos quatro sessões consecutivas para conseguir dar conta dos projetos que estavam acumulados. Acredito que a Assembleia tem cumprido bem seu papel, respondendo aos anseios da sociedade.

Acredito que a maioria dos nossos deputados está comprometida com o benefício da população e com a defesa dos interesses dos produtores, além de tudo aquilo que gera riqueza e renda para o nosso Estado. A Assembleia, hoje, está de parabéns, tanto que a maioria dos deputados foi reeleita, o que mostra que eles atenderam às necessidades do povo.

RDM Parlamento MT: *Como está sendo realizada a atuação da Assembleia em relação à fiscalização junto ao Governo do Estado neste período?*

Cattani: Muito bem! Nós temos, inclusive, pessoas que às vezes têm até atrito com o próprio governo por estarem fiscalizando as obras. Temos, por exemplo, uma obra gigantesca, a BR-163. Tivemos inclusive discussões entre diferentes ideias ideológicas sobre essa questão, quando o deputado Barranco fez um vídeo sobre a fiscalização que ele realizou na BR, que não refletia a verdade. Depois, outros deputados também fizeram vídeos a respeito. Isso é bom, no sentido de que esses deputados estão realmente preocupados em fiscalizar outras obras.

Agora, precisamos ressaltar que poucas vezes os deputados conseguiram encontrar algo errado nas obras que estão sendo realizadas. Na infraestrutura, por exemplo, temos o Marcelo Padeiro, que é extremamente eficiente, além de outras pessoas muito competentes do Governo do Estado. Assim, quando você vai lá para fiscalizar, encontra, na maioria das vezes, as coisas em ordem. Portanto, o Legislativo está cumprindo sua função de fiscalização.

RDM Parlamento MT: *Quais são os principais trabalhos que terão prioridade na Assembleia durante os próximos três meses?*

Cattani: Nós temos que aprovar a LDO, que é o orçamento para o ano que vem. Precisamos organizar a Casa para a função da próxima mesa diretora, que será empossada em fevereiro. Devemos dar a maior celeridade possível aos projetos, para que não entremos no ano que vem com um monte de projetos acumulados. Mas o mais importante é realmente analisar e colocar em votação a questão do orçamento do Estado.

RDM Parlamento MT: *Como está sendo o planejamento da mesa diretora em relação ao que está por vir? Quais são as perspectivas para 2025 em torno da Assembleia Legislativa?*

Cattani: Então, nós não podemos falar ainda sobre 2025, porque haverá uma mudança na direção da mesa. A mesa diretora só vai até fevereiro, e até então o presidente é o Eduardo Botelho. Em

fevereiro, o presidente já empossado, que já foi votado, será o Max Russi. Assim, fica difícil fazermos perspectivas sobre o que vai mudar, porque é como quando você troca o gerente de uma empresa. Quando você muda o gerente, é lógico que as coisas podem melhorar, mas você não sabe o que está na cabeça do novo gerente que você colocou.

Da mesma forma, precisamos de um tempo de administração. Apesar de o Max já ter administrado a Casa e ter feito isso muito bem, precisamos de um tempinho para ver quais serão as ações da próxima gestão da mesa diretora.

RDM Parlamento MT: *Então, o trabalho dele foi bastante positivo durante o tempo em que ele administrou a Casa?*

Cattani: O trabalho do Max foi muito positivo, tanto que os deputados optaram, por unanimidade, que ele retornasse à presidência.

RDM Parlamento MT: *Como o senhor avalia os projetos que apresenta na Assembleia Legislativa em termos de impacto e relevância para a sociedade?*

Cattani: Muito positivos. Temos, inclusive, agora o projeto da moratória da soja, que foi aprovado em segunda votação e representa um ganho excepcional para os produtores do estado de Mato Grosso, onde as empresas não poderão fraudar ou deixar de comprar de produtores que estejam legalmente estabelecidos em suas áreas. Temos vários projetos na questão leiteira, por exemplo, relacionados aos produtos lácteos no Mato Grosso.

Nós batalhamos e criamos, in-

Cattani



clusive, uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito), que resultou em uma frente parlamentar em defesa do produtor de leite, com várias leis, como a ILC (Índice do Leite Cru), que garante o direito do produtor de saber quanto ele vai ganhar pelo seu leite. O leite é o único produto que não se vende, mas se entrega; o produtor está tão acostumado a fazer isso que entrega o leite por 30 dias e só vai receber no segundo dia do mês seguinte, sem saber quanto vai receber. Tivemos uma lei que determina que ele deve ser informado sobre quanto receberá naquele mês.

Em relação às pautas ideológicas, por exemplo, temos a questão da ideologia de gênero nas escolas, e utilizamos isso para propor leis. Temos um projeto de lei chamado “Escola Sem Partido”, que visa retirar a doutrinação

ideológica partidária das salas de aula.

Enfim, temos projetos para colocar câmeras e detectores de metais, inclusive na entrada das escolas, para que a polícia possa fazer rondas na entrada e na saída. Todos esses projetos nos ajudam a proteger nossas crianças e reforçam a ideia de que realmente precisamos cuidar do que temos de melhor, que são nossos filhos nas escolas.

RDM Parlamento MT: *Com a chegada da reta final do ano, qual é a sua mensagem de expectativa como deputado e parlamentar, especialmente em relação ao seu papel como segundo vice-presidente da mesa diretora no próximo ano?*

Cattani: Eu sou um homem da roça, um homem simples, que foi assenta-

do em um sítio que comprei do INCRA em 1998. Portanto, a minha mensagem para todo cidadão mato-grossense é que nunca desista dos seus sonhos, porque os nossos sonhos, às vezes, podem parecer vazios, mas os planos que Deus tem para nossas vidas são muito maiores. Consegui ser o primeiro assentado a ocupar uma cadeira na Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso e também fazer parte da mesa administrativa da nossa Assembleia Legislativa. Isso é um grande passo para uma pessoa simples da sociedade, uma pessoa comum. Acredito que todo mato-grossense tem a chance de galgar os mesmos degraus que eu; basta querer e se dispor. A ideia é essa. Eu acredito que este ano foi muito bom e que 2025 será ainda melhor.



Função de vereadores e prefeitos são diferentes, mas se ligam

No ano em que o país elege esses dois cargos públicos, é importante saber o que cada um faz

Da Redação

Segundo o TSE (Tribunal Superior Eleitoral), mais de 155 milhões de eleitores brasileiros foram às urnas para eleger prefeitos e vereadores em mais de 5,5 mil cidades do país. Mas você sabe quais são as responsabilidades de um prefeito? E o que exatamente faz um vereador? Essas são perguntas importantes para entender como essas escolhas afetam o dia a dia da sua cidade.

O prefeito, como chefe do Poder Executivo municipal, é o responsável pela administração da cidade. Ele define as prioridades de investimento, além de planejar e executar obras pú-

blicas com os recursos arrecadados por meio de impostos e taxas.

Com mandato de quatro anos, o prefeito pode ser reeleito para mais um período consecutivo, totalizando até oito anos no cargo. Após esse tempo, só pode voltar a disputar a prefeitura depois de um intervalo de quatro anos.

Já o vereador, que é o representante do povo nas câmaras municipais, tem a missão de fiscalizar o trabalho do prefeito e votar o orçamento público do município. Também pode criar e modificar leis sobre uma série de assuntos que impactam diretamente o cotidiano dos ha-

bitantes, como disciplinar o comércio local (horário de funcionamento); a limpeza pública; o transporte coletivo na cidade; a educação infantil e o ensino fundamental.

O número de vereadores em um município pode variar entre 9 e 55, de acordo com o tamanho da população local. Eleitos para mandatos de quatro anos, esses representantes podem ser reeleitos indefinidamente, desde que contem com o apoio dos eleitores em cada nova eleição. Arlindo Fernandes de Oliveira, consultor legislativo do Senado, destaca o impacto das decisões de prefeitos e vereadores na vida da população.

“Compete à câmara municipal, sobretudo, apreciar as leis municipais, dentre elas o orçamento público da cidade, e fiscalizar o Poder Executivo, além de suplementar as legislações federal e estadual, no que lhe couber. Uma frase municipalista, do deputado Ulysses Guimarães, na Constituinte dizia: “ninguém vive na União. As pessoas vivem nas cidades”, explica o consultor.

E assim como senadores e deputados federais e estaduais, o vereador pode tratar de temas como meio ambiente e segurança pública, mas em colaboração com o estado e a União. É o caso, por exemplo, do licenciamento ambiental de obras que afetam o espaço público e a criação de guardas municipais.

Sobre segurança pública, tema que figura constantemente entre as principais preocupações dos brasileiros

segundo as pesquisas Panorama Político do Instituto DataSenado, Arlindo de Oliveira destaca como o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu o papel das guardas municipais.

“Desde a Constituição de 88, o município tem atribuições no âmbito da segurança pública, o que vem sendo implantado aos poucos. Em face dessa atribuição, é competente para criar a guarda municipal, as quais, segundo o STF, em decisão recente, integram o Sistema Nacional de Segurança Pública (Susp); também são de competência municipal as regras para a abertura de templos religiosos, como volume do som e alvará”, acrescentou.

Diplomação dos candidatos eleitos

Diplomação é o ato pelo qual a Justiça Eleitoral atesta que o candidato

ou a candidata foi efetivamente eleito ou eleita pelo povo e, por isso, está apto ou apta a tomar posse no cargo. Nessa ocasião, ocorre a entrega dos diplomas, que são assinados, conforme o caso, pelo presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) ou da junta eleitoral.

A entrega dos diplomas ocorre depois de terminado o pleito, apurados os votos e passados os prazos de questionamento e de processamento do resultado das eleições. No caso de eleições presidenciais, é o TSE que faz a diplomação.

Segundo o Código Eleitoral (art. 215, parágrafo único), no diploma devem constar o nome do candidato, a indicação da legenda sob a qual concorreu, o cargo para o qual foi eleito ou a sua classificação como suplente, e, facultativamente, outros dados a critério do juiz ou do tribunal.





Capacitação para as câmaras municipais

O Programa Interlegis, uma iniciativa do Senado Federal, oferece capacitação gratuita para Câmaras Municipais e Assembleias Legislativas em todo o Brasil. Por meio de treinamentos que focam nas necessidades específicas das Casas Legislativas, o programa busca aprimorar a atuação legislativa, administrativa e jurídica.

Esses treinamentos são realizados no formato de oficinas, com enfoque prático, de acordo com Ricardo Murta, analista legislativo do Serviço de Gestão de Oficinas e Encontros Interlegis (Segoen).

“As oficinas são normalmente presenciais (e excepcionalmente remotas), não possuem custo para os participantes, ensinam a utilizar as ferramentas tecnológicas disponibilizadas pelo Interlegis e ainda capacitam em outros temas de importância para as atividades legislativa, administrativa e jurídica realizadas nas casas legislativas. A duração varia de um a três dias (ou de 8 a 24 horas)”, detalhou.

Atualmente, o Interlegis disponibiliza 12 oficinas que cobrem temas variados e essenciais para a gestão pública e o trabalho legislativo. Entre elas, destacam-se tópicos como: “Articulação e Compilação de Textos Legais”; “Lei Ge-

ral de Proteção de Dados (LGPD)”; “Revisão de Lei Orgânica e de Regimento Interno”; “Processo Legislativo Digital”; e “Licitações e Contratos”.

Para participar dessas oficinas, a Casa Legislativa interessada deve possuir um Acordo de Cooperação Técnica válido com o Senado. O processo para solicitação é simples: o presidente da Câmara ou Assembleia interessada entra em contato com um senador de seu estado, que encaminha o pedido ao primeiro secretário do Senado. A partir daí, a Coordenação do Interlegis, por meio do Serviço de Gestão de Oficinas, organiza a agenda e providencia a realização da capacitação.



Cotas para mulheres nas eleições municipais foram desrespeitadas

Pela Lei, os partidos são obrigados a ter pelo menos 30% de mulheres concorrendo nas eleições para os legislativos locais

Da Redação

Levantamento realizado pelo Observatório Nacional da Mulher na Política da Câmara dos Deputados mostra que, nas eleições municipais deste ano, mais de 700 cidades não cumpriam a cota mínima de candidaturas femininas. Pela Lei das Eleições, os partidos são obrigados a ter pelo menos 30% de mulheres concorrendo nas eleições para a Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores.

O resultado é melhor que o das eleições municipais de 2020, quando a reserva de candidaturas para mulheres foi desrespeitada em 1.304 municípios.

Criadas em 2009, as cotas nunca foram efetivamente cumpridas pelos partidos. O Brasil permanece como um dos países do mundo com menor representação feminina na política. Na Câmara, apenas 18% das cadeiras são ocupadas por deputadas. No



Senado, a presença feminina é ainda menor – elas ocupam 12% das vagas.

Na opinião da deputada Flávia Moraes (PDT-GO), essa sub-representação traz prejuízos para as políticas públicas do País.

“Principalmente nos parlamentos, a presença da mulher é muito importante, porque são colegiados em que a maioria decide, e quando nós não temos a repre-

sentação da maioria da população, que são as mulheres, com certeza isso se reflete na falta de políticas públicas, na falta de força política para aprovar projetos de grande relevância”, lamentou.

Nas eleições deste ano, de acordo com o levantamento do Ob-

servatório da Mulher na Política, as mulheres responderam por mais de 30% das candidaturas (veja infográfico abaixo). O estudo identificou que o estado com menor participação de mulheres foi o Rio de Janeiro, com 34,3%. Já o Mato Grosso do Sul teve a maior proporção, com 36,5%.

Em 2018, o Supremo Tribunal Federal decidiu que, além de destinar 30% das vagas nas eleições proporcionais para mulheres, os partidos também devem

Em 700 municípios



aplicar esse mesmo percentual do Fundo Eleitoral no financiamento de candidaturas femininas. No mesmo ano, o Tribunal Superior Eleitoral ainda passou a obrigar as legendas a reservarem 30% do tempo de propaganda eleitoral gratuita no rádio e na TV para as candidatas.

277 mulheres são eleitas vereadoras em Mato Grosso >>

Mato Grosso terá a maior participação feminina nas Câmaras Municipais de Vereadores da sua história. Com o resultado das Eleições 2024, 20% das 1.404 vagas para o cargo de vereador serão ocupadas por mulheres, ou seja, 277. O número representa um aumento de 21% em relação à quantidade de mulheres eleitas na legislatura de 2020. Na capital, Cuiabá, foram eleitas oito candidatas, portanto, a Câmara passará a contar com 30% de seu quadro composto por mulheres.

Pelos dados da Justiça Eleitoral, Mato Grosso elegeu 164 mulheres em 2008, 178 em 2012, e 189 em 2016. Já nas eleições de 2020 foram 229 vereadoras eleitas, agora este número saltou para 277 mulheres nas Câmaras Municipais.

A Justiça Eleitoral tem adotado medidas para tornar mais equilibrada esta relação. Em 2018, na tentativa de avançar no tema, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) decidiu que os partidos políticos devem reservar pelo menos 30% dos recursos do Fundo Eleitoral para financiar candidaturas femininas e que o mesmo percentual deve ser considerado em relação ao tempo destinado à propaganda eleitoral gratuita no rádio e na TV.

E, se o número de candidatas representar mais que a cota, o repasse dos recursos deve ocorrer na mesma proporção.

“Nós temos analisado os registros de candidatura de maneira detalhada, com cruzamento de dados, observando e combatendo o uso de mulheres como candidatas laranja, ou seja, sendo utilizadas apenas para ampliar o número de candidatos homens. Isso é muito trabalhado agora na fase que se inicia, o julgamento da prestação de contas. Fico feliz em ver que o esforço da Justiça Eleitoral em fazer com que os recursos do fundo partidário ofereçam condições de igualdade às candidatas mulheres tem surtido efeito”, destacou a presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT), desembargadora Maria Aparecida Ribeiro.

Prefeitas >>

A participação feminina não é a mesma no Executivo Municipal. Das 142 prefeituras de Mato Grosso, apenas 12 tiveram mulheres eleitas para

o cargo de prefeita. A partir de janeiro de 2025, serão comandados por mulheres os municípios de Alto Taquari, Aripuanã, Barra do Bugres, Barão de Melgaço, Cáceres, Glória d'Oeste, Nova Maringá, Pedra Preta, Ribeirão Casca-leira, Santa Cruz do Xingu, Santo Antônio de Leverger e Várzea Grande.

O número de vice-prefeitas é maior, 29 ao total, devendo chegar a 30 ao final do segundo turno da capital.

Mulheres eleitas em Cuiabá >>

As eleições municipais do último domingo renderam à Câmara de Cuiabá uma composição inédita com 8 mulheres ocupando o cargo de vereador da Capital. Duas delas, Michelly Alencar (União Brasil), e Maysa Leão (Republicanos), já estão no mandato.

As outras seis vitoriosas que ocuparão o cargo na próxima legislatura, que se inicia em janeiro de 2025, são: Samantha Iris (PL), Paula Calil (PL), Maria Avalone (PSDB), Dra. Mara (Podemos), Baixinha Girdelli (Solidariedade), e Katiúscia (PSB).

Nomes	Votos
Samantha Iris >	7.460 mil votos
Maysa Leão >	5.615 mil votos
Paula Calil >	5.460 mil votos
Michelly Alencar >	4.514 mil votos
Maria Avalone >	4.347 mil votos
Dra. Mara >	3.500 mil votos
Baixinha Girdelli >	2.843 mil votos
Katiúscia >	2.785 mil votos



AGRO CAMP

25 A 27 OUTUBRO 2024

VILA RODA D'ÁGUA | DISTRITO DE COQUEIRAL | NOBRES-MT



SUA TRILHA DE BONS NEGÓCIOS

- * EXPOSIÇÃO DE ANIMAIS
- * PALESTRAS
- * EXPOSITORES
- * PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO
- * OFICINAS



Governo federal sanciona lei que dará apoio a microempreendedores

Programas organizam medidas voltadas para inclusão produtiva e recuperação financeira de microempresas e, também, incentivam o mercado

Da Redação

Foi publicada e sancionada pelo governo federal a lei que institui um programa de apoio a microempreendedores e amplia o crédito. A medida foi aprovada em edição extra do Diário Oficial da União. A Lei nº 1.725, sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, institui o Programa Acredita no Primeiro Passo e o Programa de Mobilização de Capital Privado Externo e Proteção Cambial - Programa Eco Invest Brasil.

O governo federal oficializou, assim, uma série de medidas voltadas para a inclusão produtiva e a recuperação financeira de microempresários e microempresas no Brasil, e que visam incentivar o mercado de crédito e promover o desenvolvimento sustentável.

O texto da Lei nº 1.725 ainda altera a Lei nº 13.999/2020 para instituir o Programa de Crédito e Financiamento de Dívidas de Microempren-

dedores Individuais e Microempresas - Procred 360. E cria o Programa de Renegociação de Dívidas de Microempreendedores Individuais, Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Sociedades Cooperativas - Desenrola Pequenos Negócios. Além disso, cria uma linha de crédito especial para financiar a aquisição de veículos destinados à renovação da frota utilizada na prestação de serviços de táxi.



Procred 360 > O Procred 360 é destinado à renegociação de dívidas de microempreendedores individuais (MEIs) e microempresas, oferecendo condições facilitadas de financiamento e cobertura por meio do Fundo Garantidor de Operações (FGO), para mitigar riscos de inadimplência e estimular o acesso ao crédito. Trata-se de uma linha de crédito exclusiva para pequenos negócios, com juros 50% menores dos praticados atualmente pelo mercado. O programa oferece empréstimos para microempreendedores individuais (MEIs) e empresas com faturamento anual de até R\$ 360 mil.

O governo vai destinar R\$ 1,5 bilhão para garantias aos bancos. Esses recursos são remanescentes do FGO do programa Desenrola, que renegociou dívidas de mais de 15 milhões de pessoas físicas. Com essa garantia inicial, serão oferecidos R\$ 5 bilhões em crédito. Posteriormente, mais recursos serão alocados para ampliar a oferta de crédito.

Primeiro passo > Focado em famílias em situação de vulnerabilidade econômica, com ênfase em mulheres, negros, jovens e pessoas com deficiência, o Programa Acredita no Primeiro Passo visa oferecer oportunidades de trabalho e geração de renda, especialmente em territórios de alta vulnerabilidade. Esses grupos enfrentam barreiras adicionais para acessar oportunidades de trabalho e crédito, o que perpetua desigualdades. Ao criar condições para a inclusão produtiva, es-

sas iniciativas não apenas geram emprego, mas também ajudam a promover um desenvolvimento mais igualitário, o que fortalece a coesão social.

Desenrola pequenos negócios > O Programa Desenrola Pequenos Negócios é voltado à renegociação de dívidas de microempresas e cooperativas, e oferece incentivos fiscais para instituições financeiras que participem da reestruturação dessas dívidas até o final de 2024. O Procred 360 e o Desenrola Pequenos Negócios são importantes porque oferecem um alívio direto para microempresários endividados, permitindo que renegociem suas dívidas com condições mais favoráveis.

Eco Invest Brasil > O Programa Eco Invest Brasil visa atrair investimentos privados externos para financiar projetos sustentáveis, como transição energética e bioeconomia. A medida inclui proteção cambial para operações de microcrédito e a criação de uma linha de crédito especial para a aquisição de veículos de taxistas. Ao focar em áreas como a transição energética e a bioeconomia, o Brasil pode se posicionar como um líder em práticas sustentáveis, ao mesmo tempo que diversifica suas fontes de financiamento. Isso pode trazer benefícios de longo prazo, como a criação de empregos verdes e a redução das emissões de carbono, alinhando o país com as tendências globais de sustentabilidade.

Novas linhas de crédito > A Lei nº 1.725 também cria novas linhas de crédito, como a destinada à renovação da frota de taxistas, e amplia programas como o Pronampe, com maior prazo de pagamento e carência para operações de crédito.

Mercado imobiliário e governança > Outro ponto importante é a atualização da Medida Provisória nº 2.196-3, que fortalece o mercado de crédito imobiliário, permite à Empresa Gestora de Ativos (EMGEA)

securitizar créditos imobiliários e adota práticas de governança mais rigorosas, buscando maior segurança e liquidez no mercado. A atualização da MP nº 2.196-3 e o fortalecimento da Emgea visam dar maior segurança e transparência ao mercado imobiliário, permitindo uma recuperação mais rápida deste setor. Isso não só aumenta a confiança dos investidores, mas também facilita o acesso a crédito para famílias e empresas que desejam adquirir imóveis, o que é um motor importante para a economia, dado o impacto da construção civil no emprego e no crescimento econômico.

Liquidez e competitividade > Todas essas mudanças criam um ambiente financeiro mais robusto e competitivo, atraindo investidores nacionais e internacionais e incentivando o fluxo de recursos. A proteção cambial e a securitização de créditos são medidas que buscam mitigar riscos e atrair capital externo, o que pode impulsionar novos negócios e fortalecer a confiança no sistema financeiro brasileiro.

Essas medidas, portanto, são cruciais não apenas para apoiar a recuperação imediata dos microempresários, mas também para garantir um crescimento mais sustentável, inclusivo e resiliente no longo prazo. Ao apoiar a inclusão social, o acesso ao crédito e a sustentabilidade, o Brasil se prepara para enfrentar os desafios econômicos futuros de maneira mais equilibrada e estruturada.

Mesmo com políticas, número de trabalho infantil é alto no país



Números tiveram queda, mas ainda são considerados altos por especialistas

Agência Gov

Mo Brasil, em 2023, houve queda de 14,6% no número de menores de 16 anos na condição de trabalho infantil. Isso significa 174 mil crianças a menos trabalhando em situação irregular: em 2023, havia 1,852 milhão de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade que trabalhavam em atividades econômicas ou na produção para o próprio consumo. Destas, 1,607 milhão estavam em situação de trabalho infantil. Não é considerado trabalho infantil o emprego de jovens aprendizes - com direitos protegidos pela lei - a partir dos 14 anos.

Mesmo com queda, números ainda são considerados altos por especialistas.

Este contingente de 1,607 milhão de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade em situação de trabalho infantil é o menor desde 2016, quando teve início a série histórica da PNAD Contínua para esse indicador.

Em 2022, a proporção de crianças no trabalho infantil havia in-

terrompido a sequência de quedas da série histórica e subido para 4,9% em 2022. Em 2023, esse indicador voltou a cair, chegando a 4,2%, menor percentual da série histórica.

Para a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o trabalho infantil é aquele que é perigoso e prejudicial à saúde e ao desenvolvimento mental, físico, social ou moral das crianças e que interfere na sua escolarização. O conceito de trabalho infantil considera a faixa etária, o tipo de atividade, as horas trabalhadas, a frequência à escola, a periculosidade e a informalidade.

O contingente de crianças em situação de trabalho infantil (1,607 milhão) em 2023 caiu 14,6% frente a 2022 (1,881 milhão). A série histórica da PNAD Contínua para a população em situação de trabalho infantil foi a seguinte: 2016 (2,112 milhões), 2017 (1,945 milhão), 2018 (1,905 milhão), 2019 (1,758 milhão). Devido à pandemia de Covid-19, não foi possível coletar infor-

mações sobre o trabalho de crianças e adolescentes em 2020 e em 2021.

A proporção de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade em situação de trabalho infantil era de 5,2%, em 2016, e foi para 4,5%, em 2019. Em 2022, essa prevalência interrompeu a sequência de quedas observadas na série histórica e subiu para 4,9%. Já em 2023, esse indicador voltou a cair, chegando a 4,2%, o menor percentual da série histórica.

O analista responsável pelo modo da PNAD Contínua, Gustavo Fontes, faz uma observação.

“Entre 2022 e 2023, houve uma queda importante - de mais de 14% - do contingente de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil, atingindo o menor patamar da série histórica da pesquisa. Essa queda ocorreu para todas as faixas etárias.”

Para o responsável pelo módulo anual da Pnad, no entanto, é preciso fazer um esclarecimento.

“Nem todo trabalho nessa faixa

de idade é considerado trabalho infantil. No caso das crianças de 5 a 13 anos que trabalham, todas estão em situação de trabalho infantil, pois a legislação brasileira proíbe qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos”, cita.

“Para aquelas de 16 e 17 anos, a carteira assinada é obrigatória, sendo proibido o trabalho noturno, perigoso ou insalubre. Portanto, nos grupos de 14 a 17 anos, nem todos estão em situação de trabalho infantil. É preciso avaliar, para cada faixa etária, a natureza e as condições em que o trabalho é exercido, incluindo a jornada de trabalho e a frequência à escola”, complementa.

Trabalho infantil atinge 14,6% dos adolescentes de 16 e 17 anos >

A incidência do trabalho infantil tende a aumentar com a idade. Em 2023, ela era de 1,3% para as pessoas de 5 a 13 anos de idade e subia para 6,2% no grupo de 14 e 15 anos, alcançando 14,6% entre adolescentes de 16 e 17 anos. No entanto, frente a 2022, o percentual de crianças no trabalho infantil diminuiu em todos os grupos etários.

Cerca de 55,7% da população em situação de trabalho infantil (ou 895 mil pessoas) tinham de 16 a 17 anos de idade; 22,8% (366 mil pessoas) tinham de 14 e 15 anos e 21,6% (346 mil pessoas) entre 5 e 13 anos.

Nordeste tem meio milhão de crianças e adolescentes no trabalho infantil >

O maior contingente de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade em situação de trabalho infantil estava no Nordeste (506 mil), com Sudeste (478 mil pessoas), Norte (285 mil pessoas), Sul (193 mil pessoas) e Centro-Oeste (145 mil pessoas) a seguir.

O Norte tinha a maior proporção de crianças e adolescentes nessa situação: 6,9% de sua população de 5 a 17 anos de idade. O Centro-Oeste (4,6%) e Nordeste (4,5%) também superavam a média nacional (4,2%), enquanto o Sudeste (3,3%) e o Sul (3,8%) tinham as menores proporções.

Frente a 2022, o contingente de crianças e adolescentes em trabalho infantil diminuiu em todas as regiões, com menor intensidade no Norte (de 299 mil para 285 mil pessoas) e no Centro-Oeste (de 157 mil para 145 mil pessoas). Frente a 2016, houve reduções em todas as regiões, exceto no Centro-Oeste, que ficou próximo da estabilidade.

Gustavo lembra que “em relação a 2016, ano inicial da série, as regiões Nordeste e Sul tiveram redução mais acentuada no número de trabalhadores infantis, com queda de aproximadamente 33% do total de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil, em cada uma dessas regiões”.

Um em cada cinco trabalhadores infantis tem jornada semanal de 40 horas ou mais >

A jornada de trabalho semanal de 39,2% das crianças e adolescen-

tes em situação de trabalho infantil era de até 14 horas, enquanto 20,6% trabalhavam 40 horas ou mais.

O número de horas semanais trabalhadas aumenta com a idade. No grupo dos 5 a 13 anos, mais de 80% das crianças e adolescentes trabalharam até 14 horas. Já no grupo dos 16 e 17 anos, 19,7% trabalharam até 14 horas, enquanto 31,1% trabalharam 40 horas ou mais.

Quase dois terços dos trabalhadores infantis são pretos ou pardos >

No Brasil, 51,2% da população de 5 a 17 anos era do sexo masculino. Entretanto, na população em situação de trabalho infantil, essa proporção subia para 63,8% >

Em 2023, 3,6% das crianças e adolescentes brancos estavam no trabalho infantil, percentual inferior ao das crianças e adolescentes pretos ou pardos (4,6%) nesta situação.

A proporção de brancos entre os trabalhadores infantis (33,8%) era inferior à sua participação na população de 5 a 17 anos do país (39,9%). Já a proporção de pessoas pretas ou pardas no trabalho infantil (65,2%) superava sua participação no mesmo grupo etário (59,3%).

Trabalho infantil diminui a frequência à escola >

Enquanto 97,5% da população de 5 a 17 anos de idade eram estudantes, entre os trabalhadores infantis esta taxa era menor, 88,4%.

Essa diferença varia de acordo com a idade e, entre as pessoas de 16 e 17 anos, ocorria a maior discrepância: 90,0% da população desse grupo etário frequentava escola, contra apenas 81,8% dos trabalhadores infantis nesta faixa de idade.

“Entre os mais jovens, de 5 a 13 anos, a frequência escolar (o percentual de estudantes nessa população) está praticamente universalizada, em qualquer situação. No entanto, à medida que a idade avança, nota-se maior comprometimento da frequência escolar entre as pessoas em situação de trabalho infantil”, ressaltou Gustavo.

Comércio e agricultura concentram 48,3% do trabalho infantil >

A maior parte das crianças e





adolescentes em trabalho infantil atuavam no Comércio e reparação de veículos (26,7%) ou na Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (21,6%), com Alojamento e alimentação (12,6%), Indústria geral (11,0%) e Serviços domésticos (6,5%) a seguir. Os demais grupamentos somavam 21,6%.

Os trabalhadores infantis estavam, principalmente, em atividades não agrícolas (78,4%), fosse como empregados (62,8%), trabalhadores familiares auxiliares (24,3%) e ocupados por conta própria ou empregadores (12,8%).

A proporção de adolescentes de 16 e 17 anos de idade em ocupações informais recuou para 73,4% dos que realizavam atividades econômicas nesse grupo etário, ou 751 mil pessoas. Foi a menor taxa de informalidade da série histórica, que havia chegado ao auge (76,5%) em 2022. Em 2016, a taxa de informalidade desse grupo etário foi de 75,3%.

Brasil tem 586 mil crianças e adolescentes nas Piores Formas de Trabalho Infantil (Lista TIP) >

Em 2023, havia 586 mil crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade exercendo as piores formas de trabalho infantil, ou 41,1% das crianças e adolescentes que realizavam atividades econômicas. Entre as crianças e adolescentes nas Piores Formas de Trabalho Infantil, 76,4% eram do sexo masculino e 67,5% eram de cor preta ou parda.

O contingente de trabalhadores infantis na Lista TIP foi o menor da série histórica (586 mil pessoas) em 2023, recuando 22,5% frente a 2022, quando 756 mil crianças e adolescentes estavam nessa situação. Em 2016, havia 926 mil crianças no país exercendo as piores formas de trabalho infantil.

Para Gustavo, “o expressivo recuo de crianças e adolescentes inseridas nas piores formas de trabalho infantil é um dado bastante relevante, uma vez que essas formas de trabalho, em função do tipo de ocupação exercida e dos riscos ocupacionais inerentes, podem trazer prejuízos à segurança, à saúde e ao desenvolvimento das crianças”.

De 2016 a 2023, o percentual de crianças e adolescentes nas piores formas de trabalho infantil na população de 5 a 17 anos que realizava atividades econômicas recuou de 51,3% para 41,1%, menor taxa da série.

Bolsa Família atende crianças e adolescentes com o menor rendimento per capita >

Em 2023, cerca de 13,6 milhões de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade residiam em domicílios beneficiados pelo Bolsa Família, o equivalente a 35,6% desse grupo etário.

Entre os domicílios com crianças e adolescentes de 5 a 17 anos, independentemente da situação de trabalho infantil, o rendimento mensal

domiciliar per capita dos que recebiam o Bolsa Família (R\$ 554) era um terço do rendimento dos não beneficiados (R\$ 1.618).

Entre as crianças e adolescentes de 5 a 17 anos, 3,7% realizavam atividades econômicas. Já nos domicílios beneficiados pelo Bolsa Família, a prevalência era um pouco menor: 3,4% das crianças e adolescentes (ou 466 mil) realizavam atividades econômicas.

No entanto, 94,4% das pessoas de 5 a 17 anos de idade que realizavam atividade econômica e moravam em domicílios beneficiados

pelo programa estavam em situação de trabalho infantil, percentual acima do observado no total de crianças que realizavam atividade econômica (82,8%).

Trabalhar não exige as crianças e adolescentes dos afazeres domésticos >

Entre os 38,3 milhões de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade do país, 52,6% (20,1 milhões) realizavam afazeres domésticos ou cuidado de pessoas em 2023. A pesquisa mostra que o trabalho em atividades produtivas não afastava as crianças e adolescentes dos afazeres domésticos. Na verdade, a proporção de crianças e adolescentes envolvidos em afazeres domésticos era maior entre os que trabalhavam.

Cerca de 75,5% das crianças e adolescentes em atividades econômicas também realizavam afazeres domésticos e/ou cuidados de pessoas. Entre os que não faziam atividades econômicas, a proporção era de 51,7%. Já entre as crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil, 79,3% também realizavam afazeres domésticos e/ou cuidados de pessoas.

“Assim, não somente o trabalho em atividades produtivas não poupou boa parte das crianças e adolescentes dessas tarefas domésticas, como o percentual de pessoas que realizavam essas tarefas era maior entre os ocupados, sobretudo entre os mais novos”, observou o analista do IBGE.

GRUPO III RDM
REDE DE MÍDIAS
JUNTOS CONTRA A DENGUE!



TODOS CONTRA A DENGUE



Coloque areia no
prato das plantas.



Embale objetos que
acumulem água.



Seque área que
acumulem água.



Matenha a caixa
d'água tampada e as
calhas limpas.

CADA UM DEVE FAZER SUA PARTE!

RDM
REDE DE MÍDIAS

28
anos

BRASÍLIA | RIO DE JANEIRO | SÃO PAULO | CUIABÁ



Grupo RDM (Rede de Mídias Brasil), há 28 anos ininterruptos, é o maior sucesso editorial do Centro-Oeste brasileiro. Neste ano de 2024, assumimos a posição de um grupo nacional de comunicação social, com escritórios editoriais no eixo Brasília-Rio-São Paulo, e daqui, para o mundo via internet. GRUPO RDM Brasil, orgulho de ser desta terra!

■ **BRASÍLIA-DF**

📍 SHS Quadra 06 - Bloco F - Sobre Loja, Complexo Brasil 21
☎ Tel.: (61) 2193-1409 - 98160-3377 - CEP 70.316-102
@ midia@revistardm.com.br

■ **RIO DE JANEIRO-RJ**

📍 Rua Visconde de Pirajá, 495 - Ipanema
☎ Tel.: (61) 98160-3377 - CEP 22.401-003
@ midia@revistardm.com.br

■ **SÃO PAULO-SP**

📍 Alameda Santos, 1817 Cj 112 - Cerqueira César
☎ Tel.: (61) 98160-3377 - CEP 01.419-909
@ midia@revistardm.com.br

■ **CUIABÁ-MT**

📍 Rua Hermenegildo Correia Galvão, 147 - Bairro Santa Rosa
☎ Tel.: (65) 3623-1170 9682-1470 - CEP 78.040-240
@ midia@revistardm.com.br